

II CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA DE ACESSO LIVRE

A POLÍTICA DE ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA - RESISTÊNCIAS E RUPTURAS

Ilma Horsth Noronha - Mestre em Ciência da Informação do Icict/FIOCRUZ, Ilma@icict.fiocruz.br

Jeorgina Gentil Rodrigues - Doutoranda em Informação, Comunicação e Saúde do Icict/FIOCRUZ, jeorgina@icict.fiocruz.br

Cícera Henrique da Silva - Doutora em Ciência da Informação do Icict/FIOCRUZ, chenrique@icict.fiocruz.br

Maria Cristina Soares Guimarães - Doutora em Ciência da Informação do Icict/FIOCRUZ, cguima@icict.fiocruz.br

Introdução

Ao discutir sobre as implicações do acesso aberto na comunicação científica, evidencia-se a importância do seu reconhecimento e legitimação em favor de uma possível política pública de informação. Embora a estratégia de acesso aberto tenha ampliado as possibilidades de divulgação da produção científica, ainda é grande a resistência à mudança. Isto acontece tanto por parte das editoras comerciais, quanto das agências de fomento e dos segmentos mais conservadores da comunidade científica, que insistem na manutenção do modelo tradicional de comunicação científica. No Brasil, como vimos observando, a resistência dos pesquisadores ainda é grande, pois existem inúmeras barreiras que interferem na adoção do Open Access.

Objetivo

Identificar o que tem sido considerado como resistências ou barreiras que impedem a ruptura com o modelo tradicional de comunicação científica e a adesão por parte dos pesquisadores brasileiros ao acesso aberto.

Justificativa

Apesar do reconhecimento por parte de segmentos da comunidade científica acerca dos fatores positivos do acesso aberto permanece a indagação sobre os motivos que justificam a baixa adesão dos pesquisadores a esse modo de publicação.

Resultado esperado

Para se chegar a algum consenso que conduza o desenvolvimento científico dos países pobres ao estágio do “muito mais” que o potencial inovador do acesso aberto pode favorecer, faz-se necessária a abertura do diálogo e das negociações envolvendo pesquisadores e gestores de ciência e tecnologia e outros atores sociais em torno de um novo contrato social com a ciência. Espera-se que, por esse novo contrato social, seja aprovado o “mandato institucional” que garanta o depósito compulsório de toda a produção científica produzida na Fundação Oswaldo Cruz.

acesso livre